



# Gazeta do Estado

Terça-feira

Goiânia, 4 de abril de 2023

Ano 18 - Edição 5306

gazetadoestado.com.br 62 3249-8883



## POLÍTICA

# Caiado empossa Pedro Sales como titular da Seinfra e Alexandre Baldy na presidência da Agehab

Rodrigo Cabral



PÁGINA 02

## ECONOMIA

# Sala do Empreendedor em Senador Canedo disponibiliza linhas de crédito para MEIs

PÁGINA 02

## ENTORNO

# Novo Gama e Valparaíso em busca de melhorias para o transporte interestadual

O presidente da Câmara de Novo Gama Paulo Jordão e o vereador de Valparaíso de Goiás Plácido Cunha falaram sobre o assunto no programa Bom dia Entorno

Alego



PÁGINA 03

## EDUCAÇÃO

# UNIRV realiza aula inaugural do curso de Medicina no Campus Luziânia

PÁGINA 03

## SOCIAL

# Prefeitura de Goiânia abre inscrições para curso de modelista de roupas

PÁGINA 04



## POLÍTICA

## Lêda Borges trabalhando pelo entorno

A deputada federal participou do programa Bom dia Entorno e falou sobre a situação do transporte do entorno

**ITÁTILA MOURA** - O programa Bom dia Entorno desta segunda-feira (03), recebeu a deputada federal por Goiás Lêda Borges. Na ocasião, a parlamentar falou sobre sua atuação na região do entorno, principalmente no transporte.

“Estamos trabalhando junto com o governo federal e estadual, para levarmos melhorias para a região. Essa é uma pauta que não dá mais para demorar a solucionar, não só a mobilidade urbana, bem como a questão do consórcio do transporte público, como foi feita aqui na região metropolitana de Goiânia. Precisamos levar esses moldes para a nossa região também, que é o valor das passagens e um transporte de qualidade. Estamos com essa pauta muito importante que é o nosso BRT compondo todo um complexo viário, bem como também o subsídio do transporte na região”, disse Leda.

“A ANTT precisa reconhecer que o transporte é semiurbano e não interestadual. Precisa ter uma alteração das normativas da empresa. Reconhecendo o que é semiurbano, nós conseguimos avançar na responsabilidade tripartite, que é União, Estado de Goiás e Distrito Federal. Se não entrar União, o que entra: estado, o DF e os municípios, essa é uma temática que demanda reuniões e força política”, pontuou a parlamentar.

## UFG EM CIDADE OCIDENTAL

“Esse projeto iniciou em 2011 com a então presidente Dilma, na época, o



governo federal estava em expansão de Universidades e Institutos Federais, coube a presidente Dilma definir, onde teria Institutos e as Universidades. Valparaíso recebeu o Instituto Federal e Cidade Ocidental a Universidade, foi uma expansão regional. Novo Gama receberia o Instituto, eu saí na frente, quando terminei meu mandato de prefeita, o Instituto estava pronto. Em Cidade Ocidental, as áreas colocadas à disposição, não deu certo aí parou, e quando isso aconteceu mudou o governo. Quando foi agora, eu recebi a visita do professor Edward, disse que a Universidade tinha ganhado uma área e como é uma área extremamente

valiosa, o professor solicitou uma emenda de um milhão para o cercamento do espaço.

## LÊDA BORGES

Primeira Secretária de Educação de Valparaíso em 1997. Foi Secretária de Obras de Valparaíso em 2003, primeira mulher eleita Prefeita de Valparaíso de Goiás, gestão 2009-2012. Lêda Borges foi também a primeira mulher a presidir a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional. Escolhida pelo governador Marconi Perillo para a Secretária de Estado da Mulher, Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho.

## POLÍTICA

## Caiado empossa Pedro Sales como titular da Seinfra e Alexandre Baldy na presidência da Agehab



O governador Ronaldo Caiado empossou, nesta segunda-feira (3), dois auxiliares da gestão estadual no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia. Pedro Sales assumiu a recém-criada Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra) e Alexandre Baldy é o novo presidente da Agência Goiana de Habitação (Agehab), cargo antes ocupado por Sales.

Empresário, Alexandre Baldy de Sant'Anna é formado em direito. Já exerceu um mandato como deputado federal por Goiás entre 2015 e 2019. Foi ministro de Estado das Cidades, em 2017. Também atuou como secretário de Indústria e Comércio do Governo de Goiás e secretário dos Transportes

Metropolitanos no Estado de São Paulo.

Pedro Sales é bacharel em direito, especialista em direito tributário, mestre em direito constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público e funcionário de carreira do Supremo Tribunal Federal (STF). Com Caiado, foi assessor parlamentar no Senado Federal. No Estado, atuou como secretário da Administração, presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego), da Agehab, da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e do Conselho Fiscal da Saneago.

“Nosso principal objetivo é escutar as pessoas e trabalhar

pelas realizações que são a real necessidade da população. Muitos gestores públicos são idealizadores e sonhadores, mas nós temos que tentar fazer aquilo que é a real necessidade das pessoas. Trabalhar sabendo que a burocracia é enorme, que a transparência tem que ser total e que a responsabilidade com dinheiro público é absoluta”, afirma Alexandre Baldy.

“Estou muito otimista. A gente tem tudo pra fazer um trabalho de coordenação das estruturas envolvidas inédito no estado e sem dúvida nenhuma no final de quatro anos vamos mostrar que valeu a pena tomar esse rumo e essa decisão”, ressalta Pedro Sales.

## ECONOMIA

## Sala do Empreendedor em Senador Canedo disponibiliza linhas de crédito para MEIs

A Sala do Empreendedor, localizada no CEITec, está disponibilizando linhas de crédito para microempreendedores individuais (pessoa jurídica) de até R\$ 21 mil, uma parceria com o programa Mais Crédito/Goiás Fomento, do governo estadual. Para quem

busca o valor de até R\$ 5 mil, não há necessidade de avalista.

Para saber mais sobre os documentos necessários e ter acesso ao benefício oferecido durante todo o ano, os MEIs interessados devem se informar pelo telefone (62) 3902-1222 ou WhatsApp (62) 99574-0007; ou buscar

atendimento no local, na Avenida Professora Zenaide Roriz, número 1350, no Bairro Jundiá. O horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8h às 17h.

De acordo com o vice-prefeito e secretário municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Modernização, Márcio Cândido, “o

objetivo é fomentar os pequenos negócios e a retomada econômica no município para assim gerar mais emprego e renda à população”, disse. No mês de abril, a pasta deve realizar ações no CEITec voltadas à cultura do empreendedorismo e da inovação na cidade.

A realidade empre-

endedora de Anápolis vem ganhando cada vez mais destaque. De acordo com levantamento recente feito pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o município se posicionou em 45º lugar no ranking do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE), um avanço de 10 posições em relação ao

ano passado.

Somente no ano passado, mais de 3 mil pessoas se tornaram microempreendedores individuais em todo o município na parceria entre Sala do Empreendedor e Sebrae; além da capacitação de mais de 500 cidadãos em cursos e oficinas de qualificação voltados aos MEIs.

ENTORNO

# Novo Gama e Valparaíso em busca de melhorias para o transporte interestadual

O presidente da Câmara de Novo Gama Paulo Jordão e o vereador de Valparaíso de Goiás Plácido Cunha falaram sobre o assunto no programa Bom dia Entorno

Alego



**ITÁTILA MOURA** - O programa Bom dia Entorno desta segunda-feira (03), recebeu o presidente da Câmara Municipal de Novo Gama, Paulo Jordão e o vereador de Valparaíso de Goiás, Plácido Cunha. O assunto discutido entre os parlamentares e o apresentador Renato Sobrinho foi o transporte do entorno e audiência pública que os municípios estão realizando.

“A audiência pública irá tratar justamente do transporte público da nossa cidade, que já tem uma dificuldade há muitos anos. A região do entorno sul sofre com a mobilidade urbana e a nossa expectativa é que a comunidade participe da audiência que acontecerá no próximo dia 13, quinta-feira, às 9h no plenário da Câmara de Novo Gama. Esperamos também que chame a atenção das esferas estadual e federal para que olhe melhor para a região do entorno em relação ao transporte público”, disse Paulo Jordão.

“Esse é um movimento pelas câmaras municipais do entorno e por todos os vereadores que estão do lado do povo ouvindo as necessidades, e uma das maiores hoje é o transporte público. Acredito que com esta audiência teremos

uma resposta boa para a comunidade”, disse o presidente da Câmara.

Jordão disse ainda que o transporte deveria ser gerido pelo estado de Goiás. “Na minha opinião o transporte do entorno deveria ser gerido pelo estado de Goiás. Hoje temos uma Secretária do Entorno que também poderia ser responsável por esse transporte”.

Em Valparaíso a audiência pública aconteceu na última quinta-feira, 23 de março, e de acordo com o vereador de Valparaíso de Goiás Plácido Cunha foi positiva. “Percebemos que estão todos envolvidos nesse processo, porque estamos cansados de tanto debate e discurso e nada de resultados. Agora não vamos parar enquanto não tivermos um resultado satisfatório que atenda a nossa comunidade”, declarou Plácido Cunha. O evento foi uma iniciativa do próprio vereador.

“Sabemos que há uma necessidade da participação maciça da população para que as autoridades percebam que chegou a hora de resolver o problema. Vamos envolver todos os vereadores e prefeitos da nossa região metropolitana, para que percebam que precisamos de uma solução que atenda as

pessoas. Precisamos tirar da ANTT essa atribuição, porque ela não faz questão de resolver esse problema, acho que o estado de Goiás é o mais adequado”, declarou Plácido.

## PAULO JORDÃO

Paulo Jordão, é natural de São Paulo. Empresário, reside em Novo Gama desde 1997. O parlamentar deu início a trajetória política no ano de 2004, época em que apoiou um ex-vereador e conseguiu reelegê-lo. A partir de então, sempre esteve atuante no cenário da política municipal. Jordão seguiu os caminhos do pai e abriu o próprio comércio.

## PLACIDO CUNHA

Plácido nasceu na pequena e pacata cidade de Parnaíba e foi registrado em Buriti dos Lopes, Piauí, em 22 de outubro de 1967. Plácido sempre acreditou nos jovens de Valparaíso de Goiás. Atuava na defesa de políticas públicas, implementando projetos de profissionalização e qualificação profissional dos jovens. No cargo de Secretário Municipal de Governo (gestão 2017-2020), contribuiu ativamente na busca de recursos, emendas parlamentares e tem estabelecido importantes articulações políticas.

EDUCAÇÃO

# UNIRV realiza aula inaugural do curso de Medicina no Campus Luziânia

Divulgação



A aula inaugural aconteceu na Câmara Municipal de Luziânia, com presença dos dois anfitriões, além de vereadores e demais autoridades

Ontem (03), o Reitor da Universidade de Rio Verde – UniRV, professor Alberto Barella Netto, juntamente com o prefeito municipal, Diego Sorgatto, realizaram a cerimônia oficial para abertura das atividades do Campus.

A aula inaugural aconteceu na Câmara Municipal de Luziânia, com presença dos dois anfitriões, além de vereadores e demais autoridades. Logo após, houve o descerramento da fita inaugural e a recepção aos acadêmicos na moderna sede onde foi instalada a Faculdade de Medicina.

Para o prefeito Diego Sorgatto, “A implantação da Faculdade de Medicina em Luziânia é um sonho realizado, gestado e executado em nossa gestão. É o início de uma nova história para o município, desde a movimentação da economia local, a geração de empregos diretos e indiretos e a inserção de novos profissionais na rede pública de saúde do município e de toda a região”.

Já o Reitor, agradeceu a acolhida e faz um compromisso com as famílias do município: “O tão desejado sonho do prefeito

Diego Sorgatto e de toda comunidade se concretizou e agora daremos início a essa brilhante jornada que mudará a história de Luziânia e a vida dos 60 primeiros calouros. A partir de agora, a UniRV faz parte desta cidade e, por isso, temos o compromisso de contribuir de maneira significativa com todos os que nos receberam de braços abertos. Esperamos contar com todos neste momento tão especial para a UniRV e para a cidade de Luziânia,” afirmou o professor Alberto Barella.

## Cursos Técnicos EAD

- ✓ Agrimensura
- ✓ Agricultura
- ✓ Agropecuária
- ✓ Edificações
- ✓ Eletrotécnica
- ✓ Mineração
- ✓ Química
- ✓ Secretaria Escolar
- ✓ Segurança do Trabalho
- ✓ Telecomunicações
- ✓ Transações imobiliárias

Nossa Senhora Aparecida

## SOCIAL

# Prefeitura de Goiânia abre inscrições para curso de modelista de roupas

SMPM



**DA REDAÇÃO** - A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM), abre, hoje (4), inscrições para curso profissionalizante de modelista de roupas, voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social. São 20 vagas gratuitas para a formação, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Goiás (Senai Goiás).

Interessadas devem se inscrever na sede da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres

(SMPM), localizada na Rua 74, esquina com a 59, Setor Central, até quarta-feira (5), das 09h às 16h. É preciso ter idade entre 14 e 55 anos, possuir ensino fundamental ou cursar o 9º ano, apresentar CPF, RG, comprovante de endereço atualizado, com residência em Goiânia, e documento de escolaridade.

As aulas se iniciam no dia 10 de abril e serão ministradas na Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, localizada na Rua Armogaste José da Silveira, Setor Centro

Oeste. O curso ocorre de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30 às 11h30, com conclusão prevista para o dia 11 de setembro, com carga horária de 300 horas.

A formação tem por objetivo capacitar as alunas para o desenvolvimento de competências relativas à realização de modelagens de blusas, calças e saias. Será concedido acesso gratuito ao material de estudo. Mais informações podem ser obtidas pelo direct do Instagram da SMPM: @secretaria\_mulher.

## CONFIRA OS DESTAQUES



### Projeto que permite consumidor escolher o dia de vencimento da fatura de energia é aprovado

O projeto foi aprovado em definitivo pela Alego e segue agora para a governadoria, que pode sancionar ou vetar a proposta. De acordo com o autor da matéria, deputado estadual Charles Bento (MDB), os dias de vencimento disponibilizados nem sempre se encaixam na realidade do consumidor. "Muitas vezes sujeitando-se a uma data fixa, inadequada a seus gastos, arca com juros e multas que poderiam ser evitados", coloca o parlamentar.



### Curso gratuito de Harvard oferece introdução à Ciência da Computação

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Escola do Futuro de Goiás (EFG) oferecem vagas para o curso básico de Introdução à Ciência da Computação (CC50), da Universidade de Harvard. O projeto é desenvolvido em parceria com a Fundação Estudar, que será responsável por todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem. As inscrições já estão abertas e podem ser realizadas no site desenvolvimento.go.gov.br.



■ Eube Messias  
■ Renato Sobrinho

Instagram: @eubemessias

Instagram: @renatosobrinhooficial

### Notícias do Dia

#### Autistas terão direito a acompanhante durante internação hospitalar

Aprovado em primeira votação um projeto da vereadora Sabrina Garcez (Republicanos) que beneficia os autistas. De acordo com a matéria, crianças, adolescentes e adultos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) terão direito de serem acompanhados por um familiar ou pessoa capacitada durante sua internação na rede de saúde. Ainda segundo o projeto, a internação hospitalar é uma situação que pode gerar ansiedade e irritabilidade nos pacientes, principalmente nos autistas.

#### Itamaraty remarca viagem de Lula à China

O Ministério das Relações Exteriores remarcou a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China para 10 de abril. A viagem estava prevista anteriormente para o último sábado (25), mas precisou ser adiada por motivos de saúde do mandatário brasileiro. Segundo comunicado enviado pelo Palácio do Planalto nesta sexta-feira (31) à imprensa, a viagem começará em Xangai e segue para Pequim, onde Lula se reunirá com o presidente chinês Xi Jinping.

Nesta Semana  
Santa, renovemos  
nossa devoção a  
Deus e nossa  
disposição de  
servir aos outros.

SEMANA  
santa

SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.  
CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2022: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Durante o ano de 2022, apesar de ainda ter sido um ano desafiador para a Companhia devido à continuidade da pandemia do *Coronavírus* (SARS-CoV-2), porém considerando o cenário de significativa redução no número de casos de Covid-19, o Conselho de Administração aprovou o *Plano de Flexibilização e Reordenamento de Atividades pós-pandemia de Coronavírus* (COVID-19), elaborado e apresentado pela Diretoria Executiva. Durante o período da pandemia, a Companhia obteve êxito na implementação e controle de suas ações, processos e procedimentos, através da adoção de medidas para evitar a entrada e, consequentemente, propagação da doença em suas instalações, de forma a minimizar eventuais impactos operacionais, econômicos e financeiros da Empresa e, principalmente, preservar a saúde dos funcionários. No final do exercício de 2022, a Companhia apresentava o quadro de funcionários com 100% de vacinação completa, 1ª, 2ª e 3ª dose/reforço. Em relação à escassez hídrica desencadeada em anos anteriores, a Companhia, assim como outros agentes do Setor Elétrico Brasileiro, foi impactada principalmente em relação ao volume de geração, considerando os baixos níveis do reservatório, o que trouxe reflexos diretos no custo do MRE. Durante o ano de 2022, a Companhia adotou estratégia semelhante a anos anteriores, efetuando a aquisição de energia elétrica de forma antecipada para o respectivo exercício, obtendo bons resultados, principalmente em relação à estratégia do *hedge* para suprir os volumes decorrentes da exposição ao GSF. A Serra do Facão Energia S.A., ao final do exercício de 2022, no décimo segundo ano consecutivo de operação comercial com capacidade total, obteve resultados econômicos e financeiros superiores aos números apurados nos últimos 8 anos, período de 2014 a 2021. Os melhores resultados econômicos e financeiros estão basicamente associados a alguns fatores: redução das taxas de inflação em relação a anos anteriores, com impacto direto nos custos com o *Uso do Bem Público - UBP*, liquidação antecipada do financiamento com o BNDES, maior rentabilidade de aplicações financeiras e compra antecipada de energia para suprir as exposições decorrentes do GSF do ACL (*Ambiente de Contratação Livre*). Cabe destacar ainda os impactos positivos decorrentes da estratégia adotada pela Empresa no ano de 2016, com a celebração da repactuação do risco hidrológico para os contratos *ACR (Ambiente de Contratação Regulada)* junto à ANEEL. A Companhia registrou, no final do exercício, um Lucro Líquido de R\$9,0 milhões, com uma margem líquida de (2,15%), resultado este superior aos últimos resultados apresentados pela Empresa, porém inferior às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração para o ano de 2022. Ressalta-se que, como tem ocorrido nos últimos anos, o lucro registrado foi reduzido devido à contabilização do *Uso do Bem Público "UBP"*, procedimento meramente contábil que impacta o Resultado Econômico, não estando relacionado ao desempenho operacional da Companhia. Adicionalmente, cabe destacar a alta capacidade de geração de caixa da Companhia, inclusive após a quitação de forma antecipada do financiamento junto ao BNDES, maximizando os resultados financeiros e consequentemente, agregando valor para a Empresa no longo prazo. Desde o ano de 2015, o valor do *UBP* passou a ser registrado como *ativo intangível e*, mensalmente, tem sido amortizado, sendo também corrigido a valor presente. Na análise em relação ao *Plano Operacional de 2022*, nota-se que os impactos mais relevantes no Resultado estão associados: a) à variação negativa nos custos referentes ao *"UBP"*, ocasionada pela oscilação dos índices de inflação, inclusive o IGP-M; b) à variação nos custos não gerenciáveis; c) à variação negativa na compra/liquidação de energia, oriunda das variações das premissas de *GSF e PLD*; d) ao impacto positivo nos custos gerenciáveis; e) à variação positiva com reajuste de contratos de energia em função do índice de inflação (IPCA); f) à variação positiva da reversão de provisão com ganho no processo ambiental referente à mortandade de peixes (IBAMA) e g) à variação positiva nas Receitas Financeiras. O impacto consolidado destes itens representou R\$6,0 milhões (depois do IR) no Resultado. O *EBITDA* (sigla em inglês para *Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA*) foi de R\$142.650 milhões, uma variação de -1,5% em relação ao Plano Operacional de 2022 e -30,6% em relação ao ano de 2021 (contabilização da diferença dos ressarcimentos referentes ao GSF no valor de R\$ 61 milhões, conforme previsto na Lei 14.052/2020, referente à extensão da concessão pelo período adicional de 1.472 (um mil quatrocentos e setenta e dois) dias, registrada no ano de 2021). Como inicialmente previsto, a estratégia adotada pela SEFAC em relação à *Repactuação do Risco Hidrológico* para os contratos firmados no *Ambiente de Contratação Regulada ("ACR")*, celebrada em jan-16, demonstrou continuidade em sua efetividade, uma vez que, mesmo com as variações relevantes dos índices de *GSF* ao longo do ano, pode-se notar um considerável "custo evitado" em decorrência da repactuação. Os custos gerenciáveis apresentaram uma redução de R\$1.399 milhões em relação ao Plano Operacional de 2022 e um aumento de R\$3.543 milhões em relação ao ano de 2021, correspondendo a uma variação de 18,9%, em valores nominais. A variação inflacionária no período foi de 5,79%. Em relação à *Repactuação do Risco Hidrológico*, conforme previsto na Resolução Homologatória 2.932 de 17.09.2021 – ANEEL, na data de 12/11/2021 a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o *Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos* relacionados ao *Mecanismo de Realocação de Energia – a MRE*. No mês de dezembro de 2021, a Companhia contabilizou os valores complementares referentes à extensão da concessão. O valor da *Repactuação do Risco Hidrológico* está sendo amortizado de forma linear, compreendendo o período de janeiro de 2022 até o final da concessão, estendida até novembro de 2040. Foi possível alcançar um volume de geração de energia elétrica bruta, de modo a atingirmos, em dezembro de 2022, a geração total de 7.491.266 MWh, desde o início da operação comercial, em 2010, marca alcançada considerando a programação de geração definida pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) com o objetivo de atender às necessidades do SIN (Sistema Interligado Nacional). Além disso, cabe mencionar que, durante o ano, a Usina alcançou Índice de Disponibilidade de 97,87%, com Taxa de Falha estável e adequada. Quanto à segurança das instalações e dos colaboradores, destacamos que a Empresa, em seus diferentes setores, encerrou o ano com 856 dias sem acidentes de trabalho com afastamento, envolvendo pessoal próprio e 2.522 dias, se considerados apenas profissionais de empresas prestadoras de serviço. Durante o ano de 2022, a Companhia, através de processo de recertificação realizado por instituição externa de auditoria, Fundação Vanzolini, obteve a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão Ambiental, segundo norma *ABNT NBR ISO 14001:2015*, que objetiva assegurar que todas as atividades realizadas pelo empreendimento, bem como sua cadeia de fornecedores estejam atendendo às normas ambientais vigentes, seja na esfera municipal, estadual e federal. No que diz respeito às ações socioambientais, identificamos a consolidação das obrigações ambientais da Companhia, em harmonia com as condicionantes ambientais previstas na Licença de Operação vigente. Destacamos, em especial, no ano de 2022, o recebimento do *Selo Prata do Programa GHG Protocol*, após a publicação do inventário de emissão de gases de efeito estufa da empresa no *Evento Anual do Programa Brasileiro GHG Protocol*, organizado pelo *Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas – FGVces* –, instituição responsável pelo programa. A *Licença de Operação* do empreendimento continua vigente, na medida em que todas as obrigações atribuídas à Empresa vêm sendo cumpridas, em especial, o requerimento de renovação da *Licença de Operação*, apresentado sob o protocolo nº 001812.0000420/2020, com base no *§4º, inciso III, art. 18 da Resolução nº 237 do CONAMA*, de 19 de dezembro de 1997, ou seja, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da *2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009*, emitiendo em 20.09.2017, com vigência até 11.03.2021. A *Licença de Funcionamento nº 126/2021*, emitida pela a *Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD*, para operação da Linha de Transmissão (LT 138kV) que conecta a UHE Serra do Facão

ao *Sistema Integrado Nacional – SIN*, na subestação Catalão, de propriedade da concessionária *Equatorial*, distribuidora de energia elétrica do estado de Goiás, está vigente, com validade de 10 (dez) anos, ou seja, até 15/03/2031. Cabe destacar a participação da Empresa como membro do setor de usuários da Hidroeletricidade do estado de Goiás nos *Comitês da Bacia do Paranaiaba e da Porção do Rio São Marcos e Veríssimo*, cujo mandato foi renovado e vigorará pelo período de 2022 a 2026. Ainda com relação às obrigações regulatórias, cumpre mencionar a condução de diversos projetos de *Pesquisa e Desenvolvimento* em parceria com renomadas Universidades e instituições brasileiras, nos termos da Lei 9991/2000, da Resolução ANEEL nº 435/2011 que instituiu o *Programa Setorial de P&D* e da Resolução ANEEL nº 605/2014, que implanta o *Manual de Contabilidade do Setor Elétrico*. Durante o ano de 2022, constatou-se a consolidação do *Código de Ética e Conduta Empresarial*, desenvolvido, implementado e divulgado aos funcionários da SEFAC no ano de 2018 com o objetivo de aprimorar as práticas de governança corporativa, associadas ao cumprimento das Leis do País. Tal código visa nortear e comprometer, ainda mais, os administradores e funcionários com a prática de relações éticas, verdadeiras e transparentes, observando a responsabilidade socioambiental, segurança no trabalho, trato em atividades políticas, relações com clientes e fornecedores, relações com as comunidades e respeito ao ambiente de trabalho. Ainda em relação à governança corporativa, destaca-se a atuação dinâmica e participativa dos comitês internos da Companhia nos processos técnicos, financeiros, jurídicos, de meio ambiente e de comercialização de energia, agregando valor adicional ao negócio e provendo maiores subsídios às decisões do Conselho de Administração. **Perfil da Empresa:** Em 28 de junho de 2001, a *Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL* realizou o Leilão nº 002/2001, por meio do qual o *Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão – GEFAC* arrematou a concessão para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Cristalina, estado de Goiás, e Paracatu, no estado de Minas Gerais. O *Contrato de Concessão 129/2001 – ANEEL – AHE Serra do Facão* e seus aditivos regulam a referida exploração da UHE Serra do Facão. A Usina Hidroelétrica, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial de 17 de outubro de 2001, tem potência instalada de 212,58 MW e as instalações de transmissão compreendem uma linha de transmissão, em 138 kV, com 32,8 Km de extensão, circuito duplo, conectando-se à Subestação Catalão da *Equatorial*. A energia assegurada da Usina Hidroelétrica em 2022 foi de 178,80 MW médios, sendo que nesse total estão incluídos 76,7 MW médios relativos a ganhos incrementais à jusante. Cabe mencionar que, desde de janeiro de 2018, conforme Portaria MME nº178, de 03 de maio de 2017, a Garantia Física da UHE Serra do Facão foi reduzida de 182,4 MW médios para 178,80 MW médios. Conforme Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, a partir de janeiro de 2023 a Garantia Física da SEFAC foi reduzida em 2,5%, representando 4,4 MW médios, resultando em uma Garantia Física de 174,4 MW médios (GF original na concessão: 182,4 MW médios). Em 31 de dezembro de 2022, a composição acionária da Sociedade e as respectivas participações eram as seguintes:

Furnas Centrais Elétricas S.A.	54,0130%
Alcoa Alumínio S.A.	34,9737%
DME Energética S.A.	11,0133%
	<b>100,000%</b>

A Participação Acionária é composta por ações Ordinárias e Preferenciais, conforme a seguir:

<b>AÇÕES ORDINÁRIAS</b>	
Alcoa Alumínio S.A.	43,3294%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	13,6444%
DME Energética S.A.	100,000%

<b>AÇÕES PREFERENCIAIS</b>	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	100%
Alcoa Alumínio S.A.	0%
DME Energética S.A.	0%
	<b>100%</b>

Cabe mencionar que, durante o ano de 2019, a acionista *Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A.*, com base no que determina o *Estatuto Social da Empresa* e o *Acordo de Acionistas*, decidiu retirar-se da sociedade e disponibilizar seu montante de ações aos demais acionistas, para efeito de exercício de direito de preferência previsto naqueles documentos. Na sequência, os acionistas *Furnas Centrais Elétricas S.A.* e *DME Energética S.A.* optaram por utilizar essa prerrogativa e decidiram adquirir a cota de participação então ofertada, partilhadas na forma prevista nos documentos societários. Em 17 de maio de 2021, a *Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura S.A.* transferiu a totalidade de suas ações, conforme consta no livro de registro de ações número 18, nas páginas 26 e 27. Suas 28.546.844 ações foram distribuídas na seguinte proporção: 83,0634% ou 23.711.967,51 ações foram distribuídas para *Furnas Centrais Elétricas S.A.*, enquanto que 16,9366% ou 4.834.876,15 ações foram distribuídas para a *DME Energética S.A.* **Situação da Empresa:** A Usina Hidroelétrica Serra do Facão iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº01 em 13 de julho de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2.001 de 12/07/2010, publicado no DOU em 13 de julho de 2010 e a Unidade Geradora nº 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL, em 7 de agosto de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2274 de 6 de agosto de 2010, publicado no DOU em 9 de agosto de 2010. O empreendimento, em conjunto com outras hidroelétricas, integrou o *PAC – Programa de Aceleração do Crescimento* instituído pelo Governo Federal visando garantir o fornecimento de energia elétrica para os próximos anos, sendo que a UHE Serra do Facão foi inaugurada oficialmente em 19 de outubro de 2010 pelo então Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. A SEFAC obteve do BNDES a autorização para concessão de financiamento no valor de R\$520 milhões, firmado no *Contrato de Financiamento nº 09.2.0124-1*, em 05/03/2009, totalmente quitado, de forma antecipada, em abril de 2021, além de um financiamento suplementar no valor de R\$56 milhões, firmado sob o nº 09.2.1328-1, totalmente quitado em dezembro de 2010. Com base nas projeções e perspectivas para o ano de 2023, a Administração vislumbra a melhora dos resultados econômicos e financeiros da Companhia, sendo que ao final do exercício de 2023, bem como em anos seguintes, a Companhia maximizará a sua geração de caixa e proporcionará resultados econômicos e financeiros superiores aos resultados apresentados até o presente momento. A repactuação dos riscos hidrológicos, bem como a compra antecipada de energia elétrica para exercícios futuros, podem ser consideradas como estratégias diferenciadas e importantes para aprimorar a performance da Companhia. A Administração continuará enviando todos os esforços na busca de reduções de custos gerenciáveis, inclusive através de sinergia entre as áreas, além da análise e repactuação/renovação de contratos.

<b>Desempenho Econômico e Financeiro</b>			
<b>Indicadores Empresariais</b>	<i>dez/22</i>	<i>dez/21</i>	<i>2022/2021</i>
<b>Dados Econômicos-Financeiros (R\$mil)</b>			
Receita Operacional Bruta	471.356	431.056	9,3%
Receita Operacional Líquida	419.866	384.502	9,2%
EBITDA	142.650	205.477	-30,6%
Resultado do Serviço - EBET	28.811	119.143	-75,8%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(19.796)	(164.574)	88,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	9.016	(45.431)	119,8%
Ativo Total	2.494.865	2.432.125	2,6%
Patrimônio Líquido	227.488	218.473	4,1%
Ativo Circulante	409.697	261.310	56,8%
Passivo Circulante	233.471	214.309	8,9%

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
(Em milhares de reais-R\$, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	<i>Nota explicativa</i>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
RECEITAS	15	419.866	384.502
CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS			
Compra energia elétrica		(36.686)	32.121
Apropriação do prêmio de risco hidrológico	7	(15.179)	(13.752)
Amortização do UBP	10	(64.647)	(65.546)
Amortização GSF Lei 14.052/2020	10	(5.826)	-
Depreciação e amortização	9/10	(38.205)	(43.906)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(16.048)	(13.404)
Programas ambientais	22	(5.220)	(3.963)
Pessoal - Programas ambientais	22	(2.338)	(2.057)
Pessoal - Usina		(5.489)	(5.148)
Serviços de terceiros		(1.967)	(1.550)
Material		(553)	(234)
Seguros		(1.113)	(851)
Outras despesas		(266)	(271)
Taxas CCEE/O.N.S.		(164)	(174)
Outros custos		4.111	(432)
	16.1	(189.590)	(119.166)
		<b>230.276</b>	<b>265.336</b>

		<b>2022</b>	<b>2021</b>
RECEITAS			
Receita financeira sobre aplicações financeiras		36.181	10.624
Outras receitas financeiras		445	(18.152)
Despesas de juros sobre financiamentos		-	(4.853)
Despesas de atualização monetária UBP	11	(244.879)	(313.112)
Outras despesas financeiras		(2.463)	(3.678)
	17	(210.716)	(329.171)

<b>LUCRO BRUTO</b>			
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(2.104)	(1.853)
Administradores	18	(1.762)	(1.623)
Material		(51)	(22)
Serviços de terceiros		(1.059)	(944)
Depreciação e amortização	9/10	(359)	(118)
Seguros		(31)	(35)
Outras despesas		(378)	(237)
	16.2	(5.743)	(4.832)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receita financeira sobre aplicações financeiras		36.181	10.624
Outras receitas financeiras		445	(18.152)
Despesas de juros sobre financiamentos		-	(4.853)
Despesas de atualização monetária UBP	11	(244.879)	(313.112)
Outras despesas financeiras		(2.463)	(3.678)
	17	(210.716)	(329.171)

<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	13.817	(68.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8/9	(2.637)	-
		(2.165)	23.236
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	14	<b>9.016</b>	<b>(45.431)</b>
Resultado básico e diluído do exercício por lote de mil ações (em reais - R\$)	14	0,0214	(0,1077)

<b>Indicadores Econômicos</b>	<i>dez/22</i>	<i>dez/21</i>	<i>Variação 2022/2021</i>
Geração de Valor - Margem EBITDA	33,98%	53,44%	-36,4%
Margem EBIT	6,86%	30,99%	-77,9%
Margem da Atividade - Margem Líquida	2,15%	-11,82%	118,2%
Rentabilidade (Lucro x Ativo Total)	0,36%	-1,87%	119,3%
Liquidez Corrente - em pontos	1,75	1,22	43,9%
Liquidez Geral - em pontos	0,26	0,19	36,5%
Giro do Ativo - em pontos	0,17	0,16	6,5%

<b>Ações</b>	<i>dez/22</i>	<i>dez/21</i>	<i>Variação 2022/2021</i>
Valor Patrimonial da Ação (por Lote de mil ações)	435	418	4,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação (R\$)	17,26	(86,97)	119,8%

A movimentação do EBITDA está detalhada na tabela a seguir:

<b>Conciliação do EBITDA</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var. %</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido	9.016	(45.431)	119,8%
Imposto de Renda e CSLL	4.802	(23.236)	120,7%
Resultado Financeiro	19.796	164.574	-88,0%
Depreciação e Amortização	109.037	109.570	-0,5%
<b>EBITDA</b>	<b>142.650</b>	<b>205.477</b>	<b>-30,6%</b>

Considerando a boa geração de caixa projetada para os anos futuros, associada ao fato de a Companhia ainda não poder remunerar os acionistas através de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio devido à alteração no processo de contabilização do *UBP*, caracterizando-se apenas como um problema meramente contábil, outras alternativas visando à maximização de caixa e criação de valor para a Empresa estão sendo analisadas, dentre elas, a alternativa referente à redução de capital devido ao excesso de capital social, operação de mútuo, novos investimentos e outros. O processo de Redução de Capital foi aprovado pelo Conselho Fiscal, no montante de R\$150 milhões, no ano de 2022. Através do Despacho nº 2.792 da SFF, na data de 29/09/2022 a ANEEL anuiu previamente à solicitação de redução de capital social no valor de R\$150 milhões para o ano de 2022. O assunto foi encaminhado para apreciação dos Acionistas. Estima-se que o processo seja concluído e operacionalizado no primeiro semestre de 2023. **Dados do Investimento, Orçamento Operacional 2022 e Governança Corporativa:** O orçamento para a implantação do empreendimento foi aprovado com o valor de R\$1,063 bilhões, dos quais, aproximadamente 51% correspondem ao contrato com o *Consórcio de Empresas de Fornecedoras de Serra do Facão - COFAC* e os demais valores estão principalmente relacionados a custos socioambientais, administração do projeto e compra de aço, cimento e energia elétrica. Os custos ambientais, incluindo a indenização das propriedades atingidas, foram orçados em aproximadamente R\$301 milhões, que correspondem a, aproximadamente, 28% do orçamento. Os custos associados ao investimento foram totalmente concluídos no ano de 2014, inclusive culminando com a assinatura do termo de encerramento do contrato *EPC*. O orçamento operacional para o exercício de 2023 foi elaborado projetando os custos gerenciáveis (Administração, O&M da Usina, Programas Ambientais e Seguros) no valor total de R\$28.873 milhões/ano. O *Plano Operacional* para o exercício de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração, sendo que a Companhia projeta um lucro de R\$31,08 milhões no exercício. Todos os resultados financeiros estão baseados em "princípios" e "valores" observados pela Administração, preservando sempre a Governança Corporativa, Segurança, Responsabilidade Socioambiental, transparência, controles internos, aprimoramento de fluxos de processos e procedimentos internos. **Aspectos Socioambientais:** Ao longo do desenvolvimento das atividades ambientais, todos os órgãos do IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente Estadual e Municipal, bem como Ministério Público Federal, têm sido prontamente respondidos, garantindo a manutenção da *Licença de Operação* do Empreendimento. Atualmente, estão sendo executadas atividades relativas a 23 (vinte e três) Programas Socioambientais previstos na renovação da Licença de Operação, os quais, em sua maioria, são de continuidade aos Programas Ambientais da primeira Licença de Operação, obtida no ano de 2009. Até a emissão da nova licença, todos os programas continuarão a ser executados conforme previsto na *2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009* e em harmonia com os entendimentos mantidos entre a Companhia e o IBAMA. O cumprimento e andamento dos programas é consolidado através do envio de relatórios anuais. **Benefícios Fiscais Levados aos Municípios e aos Estados de Goiás e Minas Gerais:** No exercício de 2022, durante o período de operação da Usina, os estados de Goiás e Minas Gerais, os municípios abrangidos pelo empreendimento, os ministérios de *Meio Ambiente e de Minas e Energia* e o *Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)* receberam, a título de compensação financeira prevista em legislação específica, um valor de aproximadamente R\$2.908 milhões. Com relação aos municípios, o valor a ser distribuído obedece a dois critérios: 1) o repasse por ganho de energia por regularização de vazão; 2) o de área inundada pelo reservatório. Quanto ao restante da distribuição, este rateio é efetuado com base em critérios previamente estabelecidos pela ANEEL com os respectivos percentuais de distribuição. **Operação da Usina e status das obras complementares:** Durante o ano de 2022, a Usina gerou 505.342 MWh de energia bruta (correspondendo a 500.445 MWh de energia líquida), obteve ótimos resultados de disponibilidade (índice de 97,87%, comparado a 97,5%, previsto no plano operacional) e, principalmente, gerenciou o processo de O&M pelo nono ano consecutivo com equipe própria. No período acumulado, abrangendo 60 meses, até o mês de dezembro/22, o índice de disponibilidade foi de 98,67%, superior ao índice de 94,76% exigido pela ANEEL. Conforme o Plano de Manutenção Plurianual da Usina, baseado na metodologia de *MCC – Manutenção Centrada em Confiabilidade*, no ano de 2022 foi realizada a Inspeção Preventiva de 34.000 horas-equivalentes de operação na Unidade Geradora 01, conforme previsto no Plano Operacional de 2022. As atividades foram realizadas pela equipe interna de Manutenção da Usina, com suporte da área de Meio Ambiente durante o resgate de peixes, atendendo às normas de segurança e aos *Procedimentos de Rede* definidos pelo ONS (*Operador Nacional do Sistema Elétrico*). Outra atividade relevante iniciada e conduzida ao longo de 2022 foi a primeira *Revisão Periódica de Segurança de Barragem – RPSB*, prevista na Lei 12.334/2010 e na Resolução ANEEL nº 696/2015. Essa atividade deverá ser concluída ainda no início do próximo ano. Além disso, em 2023, conforme descrito no Plano Operacional elaborado para o ano, está prevista 01 (uma) parada programada da UG01 para inspeção no serviço de manutenção corretiva realizado no concreto do Tubo de Sucção da referida UG, que apresentou áreas com deslocamentos e recebeu reparos durante a inspeção de 2022. As atividades serão realizadas da mesma forma, ou seja, com a equipe interna de Manutenção da Usina e suporte das áreas de Meio Ambiente e Administrativa. **Perspectivas e Agradecimentos:** A operação da Usina, o gerenciamento dos programas ambientais e o aprimoramento e otimização de processos financeiros e administrativos deverão continuar sendo efetuados em conformidade com as diretrizes, os cronogramas, os parâmetros orçamentários e de segurança definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade e pelos Acionistas, sendo que a Diretoria Executiva tem como objetivos, além da otimização dos resultados financeiros para o exercício de 2023, a contínua racionalização dos custos através da introdução de procedimentos de otimização de recursos materiais e de pessoal, sem que seja alterado o padrão de atendimento aos requisitos técnicos inerentes à concessão, assim como às condicionantes socioambientais presentes na *Licença de Operação* vigente e aos padrões de segurança, sempre observando os controles e procedimentos internos. Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, órgãos públicos, privados e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrada ao longo deste período. Rio de Janeiro - RJ, 15 de fevereiro de 2023. A Administração

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b> (Em milhares de reais-R\$)			
	<i>Nota explicativa</i>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	14	9.016	(45.431)
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	14	<b>9.016</b>	<b>(45.431)</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b> (Em milhares de reais-R\$)			
	<i>Nota explicativa</i>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (Prejuízo) do exercício		9.016	(45.431)
Ajustes em:			
GSF Lei 14.052/2020	10	5.826	(60.803)
Amortização do UBP	10	64.647	65.546
Depreciação e amortização	9/10	38.564	44.024
Imposto de renda e contribuição social	19	4.802	(23.236)
Despesas de juros sobre financiamentos		-	4.853



**(...) continuação - SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74**

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Imobilizado (Administração)	Transferências				31/12/2022 valor líquido
	31/12/2021 valor líquido	Adições	Reclassificações	Depreciação	
Edificações, obras e benfeitorias	426	-	-	(23)	404
Móveis e Utensílios	119	-	9	(16)	111
Veículos	-	-	100	(64)	36
Máquinas e Equipamentos	2	-	103	(18)	86
Total Imobilizado Administração	547	-	211	(121)	637
Imobilizado (Operação)					
Terrenos	81.345	-	8.404	(5.553)	84.196
Reservatórios, barragens e adutoras	100.575	-	-	(5.317)	95.258
Edificações, obras e benfeitorias	240.977	-	10.886	(14.378)	237.485
Máquinas e Equipamentos	222.383	-	5.293	(12.598)	215.078
Veículos	-	-	829	(369)	461
Móveis e Utensílios	51	-	89	(20)	120
Total Imobilizado Operação	645.332	-	25.501	(38.235)	632.598
Imobilizado (Em curso)					
Terrenos	7.482	-	(7.482)	-	-
Reservatórios, barragens, adutoras	8.874	1.559	(10.433)	-	-
Edificações, obras e benfeitorias	59	-	(59)	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.894	754	(5.506)	-	142
Veículos	626	215	(841)	-	-
Móveis e utensílios	9	-	(9)	-	-
Depósitos Judiciais	1.398	-	1.611	-	3.009
Outros	990	304	(1.294)	-	-
Total Imobilizado em Curso	24.332	2.832	(24.012)	-	3.151
Total do Imobilizado	670.209	2.832	1.701	(38.356)	636.387

As movimentações do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

Imobilizado (Administração)	Transferências				31/12/2021 valor líquido
	31/12/2020 valor líquido	Adições	Reclassificações	Baixas	
Edificações, obras e benfeitorias	453	-	-	(26)	426
Máquinas e Equipamentos	5	-	-	(3)	2
Móveis e Utensílios	134	-	-	(16)	119
Total Imobilizado Administração	592	-	-	(45)	547
Imobilizado (Operação)					
Terrenos	87.171	-	-	(5.826)	81.345
Reservatórios, barragens e adutoras	107.352	-	-	(6.777)	100.575
Edificações, obras e benfeitorias	257.132	-	-	(16.155)	240.977
Máquinas e Equipamentos	237.541	-	-	(15.158)	222.383
Móveis e Utensílios	58	-	-	(7)	51
Total Imobilizado Operação	689.254	-	-	(43.923)	645.332
Imobilizado (Em curso)					
Terrenos	6.712	218	552	-	7.482
Reservatórios, barragens, adutoras	8.117	757	-	-	8.874
Edificações, obras e benfeitorias	59	-	-	-	59
Máquinas e Equipamentos	3.542	1.352	-	-	4.894
Veículos	626	-	-	-	626
Móveis e utensílios	3	6	-	-	9
Depósitos Judiciais	1.837	113	(552)	-	1.398
Outros	985	5	-	-	990
Total Imobilizado em Curso	21.880	2.452	-	-	24.332
Total do Imobilizado	711.226	2.452	-	(43.968)	670.209

Apresentamos a seguir, a movimentação do imobilizado:

Imobilizado (Administração)	31/12/2022				31/12/2021			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo inicial	Adições	Transferências	Depreciação
Saldo inicial	670.209	-	-	-	711.226	-	-	-
Adições	-	2.832	-	-	-	2.452	-	-
Transferências	-	-	1.701	-	-	-	1.701	-
Depreciação	-	-	-	(38.356)	-	-	-	(43.968)
Saldo final	670.209	2.832	1.701	(38.356)	711.226	2.452	1.701	(43.968)

A Companhia avaliou os indicadores e não identificou indícios de existência de "impairment" do ativo.

**10. INTANGÍVEL**

Intangível (Administração)	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada/Baixas	Valor Líquido	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada/Baixas	Valor Líquido
Licença de uso de software	20%	1.276	(610)	666	-	-	-	-
Contratos de Aluguéis	-	190	(147)	43	124	-	-	-
Total Intangível (Administração)	-	1.466	(757)	709	124	-	-	-
Intangível (Operação)								
Uso do Bem Público	5%	1.681.711	(523.467)	1.158.244	1.222.891	-	-	-
Serviço permanente	2%	1.234	(493)	741	783	-	-	-
Licença de Operação (a)	17%	16.882	(8.592)	8.290	8.592	-	-	-
GSF Lei 14.052/2020 (b)	-	110.214	(5.826)	104.388	110.214	-	-	-
Licença de uso de software	20%	21	(21)	-	-	-	-	-
Contratos de Aluguéis	-	43	(36)	7	13	-	-	-
Total Intangível (Operação)	-	1.810.105	(538.436)	1.271.670	1.342.493	-	-	-
Total	-	1.811.571	(539.193)	1.272.379	1.342.618	-	-	-

(a) Detalhe descrito na nota explicativa nº 13.f). (b) Direito de compensação por perdas sofridas, representado por um ativo regulatório que se traduz em extensão do prazo de outorga dos empreendimentos participantes do MRE, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020. O Conselho de Administração aprovou a extensão da outorga em Reunião ocorrida em 05 de fevereiro de 2021. Os titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE deverão ser compensados pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), decorrentes de: • Restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento. • Diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao SIN, conforme critérios técnicos aplicados pelo poder concedente às demais usinas hidrelétricas. A compensação financeira devida a cada usina do MRE "deverá considerar a atualização do capital despendido, tanto pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como pela taxa de desconto". Na data de 14.09.2021, a ANEEL aprovou, em sua 34ª Reunião Pública Ordinária, a homologação dos prazos da extensão da outorga das usinas do MRE alcançadas pela Lei 14.182, e que não estavam contempladas pela REH 2.919 (conjuntos das Estruturantes e Repactuadas no ACR). Na data de 17.09.2021, foi divulgada a REH 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Intangível (Administração)	31/12/2022				31/12/2021			
	valor líquido	Adições	Baixas	Amortização	valor líquido	Adições	Baixas	Amortização
Licença de uso de software	-	-	-	833	(167)	666	-	-
Contratos de Aluguéis	124	66	(147)	-	43	-	-	-
Total Intangível Administração	124	66	(147)	833	(167)	709	-	-
Intangível (Operação)								
Uso do Bem Público	1.222.891	-	-	(64.647)	1.158.244	-	-	-
Serviço permanente	783	-	-	(41)	741	-	-	-
Licença de Operação	8.592	8.290	-	(8.592)	8.290	-	-	-
GSF Lei 14.052/2020	110.214	-	-	(5.826)	104.388	-	-	-
Contratos de Aluguéis	13	29	(36)	-	7	-	-	-
Total Intangível Operação	1.342.493	8.319	(36)	833	(79.107)	1.271.670	-	-
Total do Intangível	1.342.618	8.385	(183)	833	(79.274)	1.272.379	-	-

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

Intangível (Administração)	31/12/2022				31/12/2021			
	valor líquido	Adições	Transferências	Amortização	valor líquido	Adições	Transferências	Amortização
Contratos de Aluguéis	281	-	-	(157)	124	-	-	-
Total Intangível Administração	281	-	-	(157)	124	-	-	-
Intangível (Operação)								
Uso do Bem Público	1.043.279	245.158	-	(65.546)	1.222.891	-	-	-
Serviço permanente	839	-	-	(56)	783	-	-	-
Licença de Operação	7.880	8.592	-	(7.880)	8.592	-	-	-
GSF Lei 14.052/2020	49.412	110.214	-	(49.412)	110.214	-	-	-
Contratos de Aluguéis	52	-	-	(39)	13	-	-	-
Total Intangível Operação	1.101.462	363.964	-	(49.412)	(73.521)	1.342.493	-	-
Total do Intangível	1.101.743	363.964	-	(49.412)	(73.678)	1.342.618	-	-

Apresentamos a seguir, a movimentação do intangível:

Intangível (Administração)	31/12/2022				31/12/2021			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Amortização	Saldo inicial	Adições	Transferências	Amortização
Saldo inicial	1.342.618	-	-	-	1.101.743	-	-	-
Adições	-	8.385	-	-	-	8.319	-	-
Transferências	-	-	833	-	-	-	833	-
Amortização	-	-	-	(833)	-	-	-	(833)
Saldo final	1.342.618	8.385	833	(833)	1.101.743	8.319	833	(833)

(a) Refere-se ao complemento da contabilização do ativo intangível do UBP de acordo com a extensão da concessão por mais 1.472 (um mil, quatrocentos e setenta e dois) dias, após

a assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga, na data de 12 de novembro de 2021. (b) Refere-se à compensação linear da licença de operação em contrapartida da Provisão para gastos com licença de operação descrita na nota explicativa nº 13.f). (c) Refere-se à contabilização dos valores complementares conforme assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga, na data de 12 de novembro 2021, conforme a Lei nº 14.052/2020. (d) Refere-se à adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil como critério a ser utilizado. Detalhe descrito na nota explicativa nº 13.e).

**11. USO DO BEM PÚBLICO**

31/12/2022		31/12/2021	
Saldo inicial	2.157.178	1.763.505	
Pagamentos	(189.202)	(164.597)	
UBP extensão nota explicativa nº 10.(a)	-	245.158	
Atualização monetária	244.879	313.112	
Saldo final	2.212.855	2.157.178	
Circulante	201.225	180.615	
Não circulante	2.011.630	1.976.563	

Conforme determinado no Contrato de Concessão nº 129/2001 e seus aditivos, o encargo do UBP no valor total atualizado de R\$3.588.842 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.212.855 descontado a valor presente, na data do balanço, pela taxa real de 6,03% (taxa interna de retorno definida no início da concessão e revisada devido à extensão da concessão) e considerando a parcela atualizada pela inflação, em 31 de dezembro de 2022, é recolhido à União enquanto da exploração do aproveitamento hidroelétrico, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") referente a parcela de energia elétrica comercializada pela UHE Serra do Fação no ACR, equivalente a 66,34% e pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), sobre a parcela de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), equivalente a 33,66%, conforme terceiro termo aditivo ao contrato, assinado em 23 de maio de 2011. O índice de variação do IPCA acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 5,79% (10,06% em 31 de dezembro de 2021) e o índice do IGP-M foi de 5,45% (17,925% em 31 de dezembro de 2021).

**12. FORNECEDORES**

31/12/2022		31/12/2021	
Material e serviços	1.601	941	
Suprimento de energia elétrica	4.628	3.251	
Saldo final	6.229	4.192	

**13. PROVISÕES**

31/12/2022		31/12/2021	
IBAMA - compensação ambiental (a)	16.141	16.141	
IBAMA - estratificação do reservatório (b)	-	5.327	
IBAMA - qualidade da água (c)	3.589	1.287	
Provisão Serviço (d)	2.546	-	
Contratos de aluguel (e)	49	137	
Provisão para gastos com licença de operação (f)	8.290	8.592	
Total	30.615	31.484	
Circulante	8.339	8.704	
Não circulante	22.276	22.779	

A seguir, a movimentação das provisões:

31/12/2022		31/12/2021	
Saldo inicial em 31/12/2021 e 31/12/2021	31.484	29.975	
Constituições (reversões)	7.906	9.389	
Baixas de contratos de aluguel	(183)	-	
Compensação licença de operação	(8.592)	(7.880)	
Saldo final	30.615	31.484	

(a) Montante referente a uma discussão administrativa com o IBAMA para a redução do percentual de aplicação da compensação ambiental de 2% para até 0,5% do valor do investimento, com base no Decreto nº 6.848/09, bem como a modificação do índice de atualização de SELIC para IGP-M. A questão foi judicializada pela SEFAC e julgada procedente em parte tomando nula a decisão administrativa, transformando o índice de 2% para 0,5%, bem como o IGP-M como índice de correção. Aguardando julgamento da Apelação Civil. Realizado depósito judicial da parte incontroversa, no valor de R\$5.438. Aguardando julgamento do trânsito em julgado. Apesar da procedência do pedido em primeira instância a favor da SEFAC, a Companhia mantém provisionado o valor referente à parte controversa, estimado pela Administração e seus assessores legais no montante de R\$16.141. (b) Refere-se a dois Autos de Infração emitidos em junho de 2010 pelo IBAMA, n.º 687165 e 687166, relacionados à mortandade de peixes. Os processos administrativos vinculados aos Autos de Infração foram encerrados devido ao reconhecimento da incidência da prescrição intercorrente e a extinção da punibilidade. O Ibama, de acordo com a vedação expressa contida no art. 117, caput, inciso I e § 1º da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 2, de 29 de janeiro de 2020, que regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não pode recorrer da decisão. (c) Qualidade da água - Refere-se a 02 (dois) Processos Administrativos vinculados aos Autos de Infração nº 699658 e 699661 emitidos pelo IBAMA no ano de 2013 com a alegação de que a Companhia deixou de atender às condicionantes 2.6 e 2.7 estabelecidas na Licença Ambiental LO nº 895/2009, conforme descrito no Parecer nº 005172/2013. A Companhia apresentou defesa administrativa comprovando o atendimento das condicionantes 2.6 e 2.7 da Licença de Operação nº 895/2009, uma vez que o relatório foi entregue dentro do prazo previsto e eventual inconsistência de dados pode ser suprida mediante simples complementação do documento, como prevê a Resolução CONAMA nº 237/1997. Com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém provisão de R\$3.589, em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.287 em 31 de dezembro de 2021). (d) Provisão Serviço - Diz respeito à Ação de Instituição de Serviço Administrativa, processo judicial 200903284779, 1ª Vara Cível de Catalão. O processo originalmente ajuizado com o objetivo de instituir a prestação em uma área onde passa a linha de transmissão foi julgado, atribuindo à SEFAC a responsabilidade pelo pagamento de desvalorização do remanescente da área, uma vez que a área está localizada em uma área urbana, apesar de ser considerada uma área rural. Aguardando decisão de recurso apresentado. (e) Trata-se da provisão de contratos de aluguel a vencer, conforme adoção dos parâmetros legais constantes na IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil. (f) Refere-se à provisão dos gastos estimados para atendimento das condicionantes socioambientais vinculadas à renovação da Licença de Operação (LO) perante o IBAMA. **Passivos contingentes:** No decorrer do ano de 2012, a SEFAC apresentou defesa em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual de Goiás na Justiça Estadual de Goiás, no fórum de Catalão, com o valor da causa atualizado em R\$54.076 sobre os mesmos fatos relativos à mortandade de peixes no reservatório da UHE Serra do Fação. O risco dessa ação foi determinado como possível pelos assessores legais da Companhia, devido a alegação de ilegitimidade passiva do Ministério Público Estadual para ajuizar ação de competência da Justiça Federal, diante da responsabilidade objetiva em matéria ambiental e, portanto, não foi constituída a provisão para tal ação. A ação judicial, devido à defesa apresentada, teve o foro deslocado para a Justiça Federal de Brasília. O perito judicial apresentou o laudo pericial e a SEFAC manifestou sua concordância com o mesmo, pois nele o perito manteve o entendimento de que os dados comprovam que a morte de peixes decorreu da estratificação térmica do reservatório, resultante de uma queda brusca da temperatura, que não era esperada para esse período do ano, não tendo nenhuma relação com a supressão parcial da vegetação, a qual foi realizada de acordo com os estudos técnicos apresentados no processo de licenciamento ambiental. Em 04 de novembro de 2021 a ação judicial foi julgada improcedente. Na data de 16 de novembro de 2021 o Ministério Público Federal apresentou recurso denominado Apelação Cível. A Companhia aguarda decisão da 2ª instância. Mesmo após a improcedência da ação, os assessores legais da Companhia estimam o risco como possível e atribuem o valor de R\$1.914. A Companhia tem outras ações de natureza trabalhista, administrativa e cível envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos advogados da Companhia e de seus assessores legais externos, para as quais não há provisão constituída, sendo os valores em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$159, R\$111 e 22.518 (R\$457, R\$105 e R\$0 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**

31/12/2022		31/12/2021	
Capital social	Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social no valor de R\$522.368, é representado por 522.368.000 ações, sendo 421.633.827 ordinárias e 1		

(...) continuação - SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

22. COMPROMISSOS: O valor gasto em Programas Ambientais, incluindo os gastos com pessoal alocados nos respectivos programas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$7.558 (R\$6.019 em 31 de dezembro de 2021). Em 9 de setembro de 2014, o IBAMA emitiu a 1ª Renovação da Licença de Operação nº895/2009, com validade até 8 de setembro de 2020. Em 11 de março de 2015, a SEFAC recebeu a 1ª retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº895/2009 do IBAMA, com validade até 11 de março de 2021. Em cumprimento à legislação, a SEFAC publicou em 2 de abril de 2015 no Diário Oficial da União, a informação sobre a 1ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009. Em 10 de outubro de 2017, devido à inclusão na Licença de Operação dos itens 2.24 e 2.25 das condicionantes específicas referente a aprovação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA), a Companhia recebeu ofício do IBAMA nº 283/2017/DILIC-IBAMA com a 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, com validade até 11 de março de 2021. A inclusão das duas condicionantes na Licença de Operação é consequência da aprovação final do PACUERA, obtida pela SEFAC, conforme Ofício nº60/2017/NLS-MG/DITEC-MG/SUPES-MG-IBAMA, em 14 de setembro de 2017. Na data de 11 de novembro de 2020, a SEFAC apresentou para o IBAMA, de forma temporária, o pedido de 2ª renovação da licença de operação, pelo prazo de 10 (dez) anos,

com base no §4º, inciso III, art. 18 da Resolução nº 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997, ou seja, observando o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de vencimento da 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, emitida em 20.09.2017 com vigência até 11.03.2021, sob o protocolo nº 001812.0000420/2020. Nesse sentido, de acordo com a legislação, a licença de operação do empreendimento está vigente até a emissão da nova licença de operação. Até a emissão da nova licença, todos os programas continuarão a ser executados conforme previsto na 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009 e em harmonia com os entendimentos mantidos entre a Companhia e o IBAMA. Ao todo são três Macro Atividades Socioambientais (Programas Físicos ("F"), Programas Bióticos ("B") e Programas Socioeconômicos ("S")), que englobam Atividades Socioambientais, cujos resultados devem ser apresentados anualmente ao IBAMA por meio de relatórios consolidados. Vale destacar que, em 15 de março de 2021 a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD do estado de Goiás, responsável pelo licenciamento ambiental da Linha de Transmissão de 138kV - renovou a Licença de Funcionamento nº 126/2021 da Linha de Transmissão (LT 138 kV) do empreendimento, com validade de 10 anos, vigente até 15/03/2031, para transmissão de energia elétrica, localizada entre os municípios de Davinópolis (GO) e Catalão (GO).

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva da Companhia em 15 de fevereiro de 2023.

#### MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

##### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Membros Titulares:** Luiz Laércio Simões Machado Junior; Letícia Costa Manna Leite; Jorge Eduardo Mattos de Carvalho; Eduardo Sampaio Dória; Marcelo Dias Loichate.

**Membros Suplentes:** Rafael Zara Garrio; Marcos Rogério Alvim.

##### CONSELHO FISCAL

Luiz Eduardo Marques Moreira; Reginaldo Correa;  
Sandra Cristina Rodrigues Bertozzi

##### DIRETORIA EXECUTIVA

**Luiz Antonio Gouvêa de Albuquerque - Diretor-Presidente e Técnico**  
**Odair Batista Carvalho - Diretor Administrativo Financeiro**

##### CONTADORA

Patrícia Nogueira de Souza - CRC RJ-095769/0-O GO

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Serra do Facão Energia S.A. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serra do Facão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Facão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** a) Direito de outorga ou direito de concessão - Uso do Bem Público: A Companhia registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP, de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2015. O registro contábil descrito estava sendo feito, até 31 de dezembro de 2014, pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais iniciadas em julho de 2010. De acordo com a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão e considerando as características do contrato de concessão da Companhia, entendemos tratar-se de um contrato não executório, que requereria o registro da obrigação do UBP, em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo intangível (direito de concessão) está a maior em R\$289.051 mil (R\$308.857 mil em 31 de dezembro de 2021), os impostos diferidos ativos estão a menor em R\$98.277 mil (R\$105.011 mil em 31 de dezembro de 2021), o patrimônio líquido está a maior em R\$190.774 mil (R\$203.846 mil em 31 de dezembro de 2021), o resultado do exercício findo nessa data está a menor em R\$13.072 mil (resultado a menor em R\$13.665 mil em 31 de dezembro de 2021) líquido dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborado

sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Ressalva identificada em 2021 (para fins de efeitos comparativos): Valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório, emitido em 26 de janeiro de 2022, incluía ressalvas relativas ao registro do direito de uso do bem público descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" acima e sobre a antecipação do registro contábil, no resultado do exercício de 2020, do ganho de R\$49.412 mil, relativo ao acordo de repactuação do risco hidrológico de geração de energia, fazendo com que o resultado do exercício de 2021 esteja apresentado a menor no referido montante, bruto de impostos. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ  
Antônio Carlos Brandão de Sousa Contador - CRC nº 1 RJ 065976/O-4

## EVENTO

# Via Sacra de Novo Gama esperam alcançar cerca de 30 mil pessoas

O evento será realizado tradicionalmente na Sexta-feira da Paixão, dia (7), no Morro Santo do Lago Azul, às 16h

Desde a emancipação de Novo Gama, a tradicional Via Sacra, em sua 21ª edição, já consta no calendário da cidade e recebe fiéis de todo o entorno sul do Distrito Federal e é uma das encenações mais procuradas do entorno sul de Brasília. A encenação teatral revive os últimos dias de Jesus, sua morte e ressurreição.

Com 14 paradas chamadas de estações, cada uma delas, os fiéis têm a oportunidade de meditar sobre os momentos vividos por Cristo desde o julgamento à ressurreição. O evento conta com atores locais e uma equipe de apoio extensa, a fim de garantir o bem estar dos artistas e uma melhor experiência para o público presente.

Os organizadores do evento esperam alcançar cerca de 30 mil pessoas neste ano de 2023. O evento será realizado tradicionalmente na Sexta-feira da Paixão, dia (7), no Morro Santo do Lago Azul, às 16h. Realização Grupo Via Sacra Novo-Gama, Secretaria Municipal de Cultura e Prefeitura Municipal de Novo Gama.



# Gazeta

Alameda do Contorno, 1508, Qd. 37, Lt. 05,  
Santo Antônio, CEP: 74.853-120, Goiânia-GO

**DIRETOR PRESIDENTE**  
Adão dos Reis Gonçalves  
adao@gazetadoestado.com.br

**VICE PRESIDENTE**  
Nana Gonçalves  
nana@gazetadoestado.com.br

**COMERCIAL**  
Tel: (62) 3249-8883  
comercial@gazetadoestado.com.br

**PUBLICAÇÃO LEGAL**  
Tel: (62) 3249-8883  
editais@gazetadoestado.com.br

**REDAÇÃO**  
redacao@gazetadoestado.com.br

**DISTRIBUIÇÃO**  
go@gazetadoestado.com.br  
df@gazetadoestado.com.br

**DIREÇÃO GRÁFICA**  
Érika Sandra

**DIAGRAMAÇÃO**  
Gabriela Nunes

**DIREÇÃO DE JORNALISMO**  
Adão Gonçalves  
MTB 3719/GO

**EDITOR DE REPORTAGEM**  
Eube Messias  
MTB 3720/GO  
eube.messias@gazetadoestado.com.br

Matérias e artigos assinados não representam a opinião do jornal

SAÚDE

# Governo de Goiás descentraliza dispensação de medicamentos de alto custo

Policlínicas Estaduais passam a distribuir medicamentos do componente especializado e a oferecer aos usuários acesso à consulta farmacêutica



O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), conclui, em abril, mais uma etapa da descentralização dos medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Desta vez, vão ser contemplados os 29 municípios das Regiões Oeste 1 e 2, que vão poder fazer a retirada dos medicamentos de alto custo diretamente na Policlínica Estadual de São Luís de Montes Belos, referência estadual em atenção secundária para as duas regiões.

O objetivo da descentralização é permitir que o usuário tenha acesso não só ao medicamento, mas também à assistência farmacêutica. A distribuição desses componentes nas Policlínicas Estaduais possibilita também aos usuários o acesso à consulta farmacêutica, com equipe multiprofissional, bem como ao atendimento facilitado a médicos especialistas.

O serviço, que an-

tes era feito apenas na Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa (Cemac), em Goiânia, já é realizado nas Policlínicas de Goianésia, Posse, Formosa, Quirinópolis. A próxima etapa vai contemplar a Região Rio Vermelho, contemplando mais 17 municípios.

Na última reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), em 24 de março, o secretário estadual da Saúde, Sérgio Vencio, foi enfático ao dizer que a descentralização da assistência farmacêutica é um caminho sem volta. "Será mais do que uma entrega de remédio à população", afirmou. E fez um alerta aos gestores municipais, para que realizem o treinamento constante das equipes farmacêuticas de suas regiões.

## ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA

A SES-GO também prepara a implantação do Serviço de Assistência Especializada (SAE), responsável pela assistência

ambulatorial às pessoas vivendo com HIV/aids e hepatites virais. Nesse sentido, já realizou capacitações aos profissionais da rede de Policlínicas, para prestarem atendimento integral e de qualidade aos pacientes, por meio de equipe multidisciplinar, ampliando ainda mais o leque de serviços. Atualmente, o Estado soma 15 SAEs.

A secretaria também ampliou, neste ano, os polos de aplicação do Palivizumabe, que era restrito a Goiânia. Senador Canedo e Rio Verde já manifestaram interesse na descentralização e prepararam estrutura para realizar as aplicações do medicamento, indicado para aumentar a proteção contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) em crianças. Famílias que moram nos municípios de Goiânia, Senador Canedo e Rio Verde, devem procurar as Secretarias Municipais de Saúde para se informar sobre o trâmite da solicitação do medicamento.

**THOMPSON**  
Comunicações

Publicação e anúncios diversos nos diários oficiais e jornais de grande circulação do Goiás e do Distrito Federal.

**Cobrimos orçamentos!**

Contato: (61) 9 9602-8962  
(61) 9 9364-7398

Companhia

CAPITAL PREMIOS

FLYJET

1000MB

99,99

novo mundo

ANUNCIE AQUI

61 99556-3931

Apoio RICHARLEY Eventos

## INFRAESTRUTURA

# Governo de Goiás inicia nova etapa do Patrulhas Mecânicas Regionais

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes disponibiliza às prefeituras operadores, combustível e máquinas para manutenção de estradas vicinais; serviços começam por Itumbiara

**DAREDAÇÃO** - O Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), iniciou, nesta segunda-feira (3), a nova etapa do Programa Patrulhas Mecânicas Regionais. Com o fim do período chuvoso, o primeiro município contemplado é Itumbiara, que possui 52 quilômetros de estradas para recuperação. O objetivo é facilitar o escoamento da produção e o acesso a povoados, distritos e escolas rurais, além de tornar os trechos mais seguros para condutores.

“Todo maquinário é repassado, com custo 100% do Estado, aos prefeitos para que melhorem as condições das estradas municipais vicinais. Melhorou aqui, vai para outro município vi-

Silvano Vital



Governo de Goiás leva máquinas para recuperar estradas vicinais no interior: mais segurança, trafegabilidade e acesso facilitado

zinho, e assim sucessivamente”, afirmou o governador Ronaldo Caiado. Na primeira etapa, as pa-

trulhas passaram por 136 cidades e a expectativa é de que cheguem a todos os municípios goianos.

Além da manutenção das vias, as equipes também realizam intervenções nos aterros.

O início da nova etapa foi oficializado em cerimônia com a presença de produtores e autoridades locais. Na ocasião, o presidente da Goinfra, Lucas Visoto, explicou que a Agência disponibiliza aos municípios operadores, combustíveis e 14 máquinas, entre elas caminhão-pipa, retroescavadeira e pá carregadeira. “Todo esse maquinário vai auxiliar muito neste momento difícil que os prefeitos têm atravessado no final do período chuvoso”, destacou o gestor.

Também presente no lançamento, o secretário de Infraestrutura, Pedro Sales, ressaltou a importância da união entre os diversos segmentos, tan-

to públicos quanto privados, para a execução do planejamento. “Sem parcerias a gente não consegue atingir a qualidade que é necessária e que a gente sempre busca”, disse Sales.

Prefeito de Itumbiara, Dione José de Araújo agradeceu pelos serviços, que serão executados durante 21 dias em seis vias estratégicas, incluindo estradas nas regiões do Bairro Brasília, Boa Vereda, Campo Limpo e povoado de Santa Rosa do Meia Ponte. “Temos de trabalhar unidos, governo municipal, estadual e federal para que possamos trazer os benefícios para o município. E isso será possível agora com ajuda da Goinfra e do Patrulhas”, comentou.



## Corte

■ **Maria Reis**

mariareisjornalista6@gmail.com

### Dois tempos

1. Para celebrar seu aniversário de 46 anos, o Boticário reforça o compromisso com o meio ambiente e com a sociedade e propõe que seus consumidores se juntem à marca numa ação de esforço concentrado para retornar embalagens por meio do BotiRecicla. Idealizado há 17 anos, trata-se do maior programa de logística reversa em número de pontos de entrega voluntária (PEV) do Brasil no mercado da beleza.

2. São mais de 4 mil pontos em todos os estados, além da grande rede de venda direta com revendedoras recebendo embalagens vazias de produtos de qualquer marca do segmento CFT (sigla em inglês para Cosméticos, Fragrâncias e Higiene Pessoal). A entrega de embalagens de cosméticos vazias (de qualquer marca) para o BotiRecicla gera desconto na loja: levando três ou mais, os clientes cadastrados no Clube Viva recebem R\$15 reais de desconto nas compras acima de R\$150 reais. Participe!

Divulgação



**NÃO VEJO A HORA** - O cantor, compositor, multi-instrumentista e escritor, Humberto Gessinger traz para Goiânia, a turnê do seu 4º disco solo “Não Vejo a Hora”. A única apresentação será na sexta-feira, 07 de abril, às 21h, no Centro de Convenções da PUC (GO). Os ingressos pelo site <https://www.furandoafila.com.br/>, com opções de meia-entrada social dependendo da localização escolhida. Informações em @bilheteriafurandoafila

Flávio França



**NOVO CEP** - A empresária Patrícia Julietti (à esq.) recebeu imprensa, parceiros e influencers para a sunset de inauguração da Clínica Reallaser, sob a produção da Mirelle Pinheiro e o DJ Ally Music no comando do som. Na foto, a anfitriã e os empresários, casal Dhomini Fontes e Adriana Manata

Divulgação



**NOVO CEP 1** - A designer de interiores, Vivi Quirino (à dir.), que assinou o projeto da Clínica Reallaser inaugurada dia desses com coquetel pilotado pelo Buffet Ariane Rabelo, regado com drinks especiais da FiuFiu, ajudou a receber os convidados, entre eles, a ex-miss Brasil e apresentadora Débora Lyra Gava

## Vitrine

■ **VOCÊ SABIA?** O chocolate escuro trata os fios do cabelo.

■ **VIDA SAMAMBAIA** - A EBM Desenvolvimento Imobiliário lançou em Samambaia, no Distrito Federal, o empreendimento Vida Samambaia, que após

dez anos, marca o retorno da incorporadora na Capital Federal, após dez anos desde seu último lançamento na região.

■ **RECONHECIMENTO** - A MRV, empresa do grupo MRV&CO, recebeu pelo segundo ano consecutivo pelo Employer Branding

Brasil como a vencedora na categoria de Employer Experience, principal reconhecimento de marca empregadora do País, que destaca empresas e suas campanhas corporativas, com a melhor experiência do colaborador, através do case Ser Sangue Verde

Divulgação



**EXTENSA CARTEIRA DE PACIENTES** - O especialista em transplantes capilar, médico Domingos Sávio, que está fazendo a cabeça de vários homens em Goiás, no Brasil e mundo afóra (tem pacientes de outros países que vêm em busca dos procedimentos), tem se desdobrando para conseguir atender sua extensa carteira de pacientes. O médico celebra e por puro merecimento, ser um dos melhores profissionais em transplante capilar no Brasil

RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL



# PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR



ASSINADO ELETRONICAMENTE  
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL  
CONFORME LEI 13.818/2019



VERIFICAÇÃO  
ACESSO: VERIFICADOR.ITI.GOV.BR

Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda, CNPJ nº 06.980.064/0095-62, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Senador Canedo a prorrogação de sua licença ambiental de funcionamento pelo prazo de validade, para a atividade de envase e distribuição de gás.

138960

Ocean Foods Industrial e Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ nº 14.022.630/0001-71, torna público que recebeu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Senador Canedo a prorrogação de sua licença ambiental de operação com validade de 4 anos (14/03/2027), para a atividade de fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos.

138961

**ATENÇÃO GESTOR** LEI Nº 14.230/2021  
**PUBLICAÇÕES OBRIGATORIAS**

Goiania Esporte Clube. Edital de convocação assembleia geral ordinária. O presidente executivo do Goiania Esporte Clube, no uso das atribuições que lhe conferem as disposições Estatutárias, convoca todos os associados em pleno gozo de seus direitos Estatutários para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24/04/2023 às 19 horas em primeira convocação e às 19:30 horas em segunda convocação, no Hotel Maione situado na Avenida 1ª Radial, 643 - Setor Pedro Ludovico - Goiânia /GO-CEP 74820-300, para deliberarem a seguinte ordem do dia: Prestação de contas do ano de 2022. Goiânia, 03 de abril de 2023. Alexandre Godoi da Silva - Presidente Executivo

138965

**AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO**  
O DEMAÉ - Departamento Municipal de Água e Esgoto, por intermédio da sua Pregoeira e sua equipe de apoio, e nos termos das Leis Federais n.ºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como as alterações posteriores, torna público para os interessados, o ADIAMENTO da TOMADA DE PREÇOS Nº001/2023, com abertura prevista para o dia 06 de Abril de 2023 às 09h00min, FICA ADIADO PARA O DIA 11 DE ABRIL DE 2023 ÀS 09h00min, pelo motivo de ser ponto facultativo. Os interessados poderão no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, nos dias normais de expediente, obter demais informações, na sede do DEMAÉ no Departamento de Licitação, situada na Av. Cel. Bento de Godoy Quadra 33 lote 13 - Centro - Caldas Novas - Goiás, Fones: (64) 3454-7400 - (64) 3454-7433 e-mail: licitacao@demae.com.br  
FERNANDA CRISTE PEREIRA DE ARAUJO  
PREGOEIRA

138962

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023 - SRP -UASG 989395**  
**O FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE INHUMAS** torna público que realizará, pregão eletrônico, através do Portal de Compras do Governo Federal - Compras Net, tipo menor preço global, objetivando a contratação de assessoria/consultoria de investimentos com o seguinte objeto: credenciamento, acompanhamento, avaliação de gestores, administradores de Fundos e capacitação em matéria de Investimentos a conselheiros, no dia 19/04/2023 às 08h30min. Mais informações na sede da Prefeitura Municipal das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min, pelos telefones (62)3511-2121/99145-0756, no site [www.inhumas.go.gov.br](http://www.inhumas.go.gov.br) no campo licitação ou pelo e-mail [licitacao@inhumas.go.gov.br](mailto:licitacao@inhumas.go.gov.br).

138963

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO GAMA-GO**  
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12755/2022**  
**MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 003/2023**  
OBJETO: Pregão eletrônico para o registro de preços, visando a aquisição de moveis/equipamentos permanentes para secretaria municipal de saúde de Novo Gama - GO, conforme emendas parlamentares descritas no Termo de Referência - O Edital retificado encontra-se disponível no site - NOVA DATA/HORÁRIO: 17 de abril 2023, as 09:00 horas. MAIORES INFORMAÇÕES: O edital completo poderá ser retirado na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Gama-GO, situada na Área Especial nº 1000 - Centro - Novo Gama-GO - Fone: 3628-1008 - R-230, das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min, nos dias úteis e no Site: [bil.org.br](http://bil.org.br) ou [www.novogama.go.gov.br](http://www.novogama.go.gov.br) ou pelo e-mail [licitacao.novogama2124@gmail.com](mailto:licitacao.novogama2124@gmail.com) onde o presente Edital estará disponível a partir desta publicação. Publique-se. Novo Gama -GO, 03 de abril de 2023.  
LEANDRO FELIX CARDOSO - Pregoeiro

NovoGama



# Gazeta do Estado

O Gazeta do Estado está apto e atualizado com as novas exigências da Lei 13.818/19, para a publicidade legal em jornais (balanços e editais).

Somos o único jornal de grande circulação em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

(62) 3249-8883 / [gazetadoestado.com.br/category/publicacao-legal/](http://gazetadoestado.com.br/category/publicacao-legal/)  
[editais@gazetadoestado.com.br](mailto:editais@gazetadoestado.com.br) / [comercial@gazetadoestado.com.br](mailto:comercial@gazetadoestado.com.br)

## IMUNIZAÇÃO

# Pessoas com comorbidades já podem receber a vacina bivalente em Aparecida

O novo imunizante é ofertado em 36 postos espalhados pela cidade

Divulgação Secom



**DA REDAÇÃO** - A Secretaria de Saúde de Aparecida de Goiânia (SMS) ampliou a vacinação contra a covid-19 com o imunizante bivalente da Pfizer. Agora, as pessoas com comorbidades também são consideradas como grupo prioritário e já podem receber o novo imunizante. A mudança segue nota técnica do Ministério da Saúde (MS). O novo imunizante é ofertado em 36 postos espalhados pela cidade.

Para receber o reforço com a bivalente é necessário ter pelo menos 12 anos de idade e já ter recebido duas doses de vacinas contra a covid há quatro meses. É necessário ainda apresentar documento de identidade ou certidão de nascimento, cartão SUS ou CPF e, se possível, o cartão de vacinação. Menores de 18 anos precisam estar acompanhados de algum responsável. Pessoas com comorbidades não precisam comprovar com documentos a situação, sendo suficiente a autodeclaração.

#### QUAIS SÃO AS COMORBIDADES

O grupo prioritário de comorbidades contempla pessoas com diabetes mellitus; pneumopatias crônicas graves; Hipertensão Arterial Resistente (HAR); hipertensão arterial estágio 3; hipertensão arterial estágios 1 e 2 com lesão em órgão-alvo; insuficiência cardíaca; cor pulmonar e hipertensão pulmonar; cardiopatia hipertensiva; síndromes coronarianas; valvopatias; miocardiopatias e pericardiopatias; doenças da aorta, dos grandes vasos e fístulas arteriovenosas; arritmias cardíacas; cardiopatias congênita no adulto; próteses valvares e dispositivos cardíacos implantados; doenças

neurológicas crônicas e distrofias musculares; doença renal crônica; hemoglobinopatias e disfunções esplênicas graves; obesidade mórbida; síndrome de down e outras síndromes genéticas; ou doença hepática crônica.

#### QUEM PODE SE VACINAR

Além das pessoas com comorbidades, estão aptas para a vacinação: pessoas acima de 60 anos; gestantes e puérperas; imunocomprometidas a partir de 12 anos; indígenas, quilombolas e população ribeirinha a partir de 12 anos; trabalhadores da saúde; e pessoas com deficiência permanente a partir de 12 anos.

A aplicação nesses públicos segue as diretrizes do MS que preveem a vacinação com o novo imunizante, neste primeiro momento, apenas para grupos prioritários que têm maior probabilidade de desenvolver formas graves da doença.

#### VACINA BIVALENTE: REFORÇO INDISPENSÁVEL

A coordenadora de Imunização, Renata Cordeiro, reforça a importância da proteção: "Mesmo quem já recebeu 4 ou 5 doses da vacina monovalente contra a covid-19 precisa receber a bivalente porque muitos estudos científicos comprovam que, a partir de 4 meses, cai o nível de proteção. Sem contar que a vacina bivalente é atualizada e protege contra a ômicron, que é a principal variante do coronavírus em circulação na cidade. Precisamos de uma vez por todas entender que as vacinas são seguras e eficazes. Foi a imunização que controlou a pandemia em definitivo e ela segue disponível para a população".

## CONVITE

Deputado Estadual  
**GUSTAVO SEBBA**

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por meio do Presidente Gustavo Sebba, convida a todos para participarem da Audiência Pública sobre o tema: **Privatização do IPASGO.**

**Local:** Comissão de Constituição e Justiça da ALEGO

**Dia:** 04 de abril, terça-feira

**Horário:** Das 9h às 12h

### Convidados:

**Dr. Saulo Mesquita**

*Presidente do Tribunal de Contas do Estado*

**Cyro Terra Peres**

*Procurador-geral do Ministério Público*

**Dr. Sérgio Vencio**

*Secretário Estadual de Saúde de Goiás*

**Dr. Walter Monteiro**

*Presidente do Conselho de Saúde de Goiás*

**Dr. Vinícius de Cecílio Luz**

*Presidente do IPASGO*

**Sindicatos Representativos dos Servidores Públicos do Estado de Goiás**

Contato Comissão de Saúde:  
Jacqueline Nasiazene Lima  
(62) 98472-9284 ou (62) 3221-3267

Comissão de  
**Saúde**



## AÇÕES

# Gracinha Caiado discute realização de conferências de assistência social com primeiras-damas e gestores da área

O encontro virtual reuniu cerca de 400 pessoas de diferentes municípios e tratou também de outros temas relacionados ao Goiás Social.

Hegon Correa



**DA REDAÇÃO** - A presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais (GPS), primeira-dama Gracinha Caiado, reuniu cerca de 400 pessoas em mais um encontro virtual com primeiras-damas e gestores sociais de todo o Estado. Na ocasião, entre outros temas, foi debatida a realização das conferências municipais de assistência social, marcadas para ocorrer entre os dias 3 de abril e 15 de julho.

As convenções, que ocorrem a cada dois anos, antecedem a Conferência Nacional de Assistência Social, que vai ser realizada em Brasília, entre os dias 5 e 8 de dezembro deste ano, com o tema "Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos". Durante a live desta segunda, ao lado dos professores da Gerência Social da OVG, a primeira-dama reforçou a importância dos encontros nos municípios e colocou o Governo de Goiás, por meio do GPS, à disposição para colaborar

com a realização dos eventos. "O importante é fazer com que os usuários de cada município participem das conferências e possam colocar em prática as deliberações tomadas. Por meio do nosso Goiás Social, estaremos juntos às prefeituras para que esses encontros possam de fato colaborar com o compromisso firmado pelo governador Ronaldo Caiado, que é o de romper o ciclo da pobreza em Goiás", explicou Gracinha.

Além de deliberar sobre as conferências, o encontro virtual também trouxe a presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás (OAB-GO), Roberta Muniz Elias, para falar sobre o Prêmio Pacto Nacional pela Primeira Infância.

A premiação foi criada pelo Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância, grupo que trabalha para unir esforços entre os diferentes poderes e a sociedade civil, no sentido de garantir os direitos

das crianças de zero a seis anos no Estado. "Unir atores da Rede de Atenção à Primeira Infância, governos e o Judiciário tem sido uma estratégia fundamental de mobilização nacional em torno do tema. E a equipe do nosso Goiás Social tem a honra de participar desta mobilização aqui no Estado", afirmou a primeira-dama.

A sanção do novo Pacote Social, o balanço da Operação Nordeste Solidário e as ações implementadas pela administração do Estado ao longo do mês de março voltadas para a proteção e apoio às mulheres goianas também foram debatidas no encontro virtual. Para a presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Goiás, a primeira-dama de Divinópolis, Claudia Tolentino, o trabalho social feito pelo Governo de Goiás tem sido fundamental para os municípios. "Temos pela primeira vez um governo preocupado com pautas assim tão importantes", destacou.

## IMPOSTO

# IPTU de 2023 poderá ser pago via PIX, cartões de crédito e débito

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Finanças da (Sefin), divulgou, nesta segunda-feira (3), dados relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de 2023. O evento foi realizado no Salão Nobre do Paço Municipal.

Nesta semana, os contribuintes goianienses começam a receber carta com o boleto para pagamento da cota única com 10% de desconto, ou da primeira parcela. "O IPTU é um recurso da população, que é base para formatar programas como o Goiânia Adiante, que tem levado 500 quilômetros de recapeamento asfáltico na capital. É a base para fazermos a substituição por iluminação de LED, e os 25 Cmeis, que devem ser inaugurados. Então, é o nosso imposto, é a sociedade que contribui para os benefícios, para as ações", resumiu Vinícius Henrique.

Para 2023, o contribuinte passa a contar com avanços no atendimento, que poderá ser feito por WhatsApp, presencial, no hall de convivência do Paço Municipal, ou na Central do IPTU. Outra inovação é as formas de pagamento: além de pagamento via boleto, à vista ou dividido em 9 vezes, o cidadão pode quitar o valor via cartão de débito, PIX e cartões de créditos (com a possibilidade de parcelamento em até 12 vezes).

"Com a Central do IPTU, aquele contribuinte que não quer se deslocar para um atendimento físico, pode receber atendimento por meio do nosso WhatsApp. Mas se ainda sim quiser atendimento presencial, terá essa possibilidade. Isso vai facilitar o acesso à informação pela população", detalhou Vinícius.

Até o ano de 2025, o IPTU não terá reajuste do imposto, que sofrerá apenas correção inflacionária do período. Em 2023, o índice inflacionário é de 5,9%. São exceções à correção por inflação aqueles que tiveram acréscimo de área de terreno, edificação na área, alteração de residencial para não residencial, remanejamentos ou desmembramentos.

De acordo com o balanço apresentado pelo secretário de Finanças, Vinícius Henrique, Goiânia conta atualmente com 675.607 imóveis, dentre terrenos edificados e não edificados. Do total, aproximadamente 71 mil imóveis serão contemplados com o IPTU

Jucimar de Sousa



Contribuintes de Goiânia podem tirar dúvidas sobre cobrança do tributo na Central do IPTU, presencialmente ou por WhatsApp

Social, ficando isentos do tributo. Em 2022, 46.502 foram beneficiados pela iniciativa da Prefeitura de Goiânia. A estimativa era de que, com a alteração do valor venal para a isenção, que passou de R\$ 120 mil para R\$ 140 mil, pouco mais de 50 mil imóveis fossem contemplados. No entanto, a ampliação do benefício ficou acima do esperado, beneficiando mais famílias.

O valor de lançamento do IPTU para 2023 é de R\$ 1.206.737.731,78, o que totaliza acréscimo de R\$ 30.848.523,78 no lançamento de 2022, quando foi de R\$ 1.175.889.208,00. Segundo o secretário de Finanças, essa arrecadação é essencial para o desenvolvimento do município.

### INOVAÇÕES

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Sefin, investiu na modernização da cobrança do IPTU e no atendimento da população. A explicação do cálculo, bem como os valores individualizados dos imóveis já estão disponíveis no site da Prefeitura (<https://www.goiânia.go.gov.br/sefin/iptu/>).

Caso o contribuinte tenha dúvidas ou dificuldades em relação ao pagamento, ele pode contar com a ajuda dos técnicos da Secretaria, na Central do IPTU. O atendimento pode ser feito por WhatsApp, pelos números (62) 3524-3352, (62) 3524-3383 ou (62) 3524-3377, ou presencialmente, a partir do dia 10 de março, na estrutura montada no Paço Municipal. A Central do IPTU fica disponível para o contribuinte até o dia 3 de maio.

### PLANEJAMENTO

Segundo o secretário de Finanças, a gestão do prefeito Rogério Cruz tem possibilitado com que a população conte com a correção de gargalos históricos em relação ao IPTU. "Conseguimos melhorias no ambiente estrutural de gestão fiscal, redução do metro quadrado das casas de pavimento, aumento

do teto do IPTU Social, resumir todos os principais pontos de divergências e achar soluções para cada uma delas, cumprindo o compromisso assumido pelo prefeito Rogério Cruz de promover justiça social à população", avaliou.

Vinícius Henrique afirmou ainda que essas serão as primeiras mudanças, mas que ainda há projetos de modernização em andamento. "Estamos trabalhando muito desde agosto do ano passado. Nossa base para 2024 é um IPTU 100% digital. Não queremos mais enviar boletos para as residências. Queremos trazer um aplicativo para que o próprio contribuinte possa conferir suas informações cadastrais e dar um incentivo para aquele que fizer a atualização", disse.

### CALENDÁRIO

Os contribuintes que optarem pelo pagamento por cartões de débito, crédito ou PIX podem acessar o site da Prefeitura a partir de hoje (4). Os boletos começaram a ser enviados nesta segunda. O cidadão que optar pelo pagamento parcelado por boleto bancário deve ficar atento porque somente a primeira parcela será enviada via correios, as demais parcelas também devem ser retiradas pelo site. A primeira parcela e a cota única vencem no dia 20 de abril.

### Confira calendário de pagamento:

- 1ª parcela ou cota única: vencimento em 20 de abril
- 2ª parcela: vencimento em 22 de maio
- 3ª parcela: vencimento em 20 de junho
- 4ª parcela: vencimento em 20 de julho
- 5ª parcela: vencimento em 21 de agosto
- 6ª parcela: vencimento em 20 de setembro
- 7ª parcela: vencimento em 20 de outubro
- 8ª parcela: vencimento em 20 de novembro
- 9ª parcela: vencimento em 20 de dezembro

## FINANCEIRO

# Prefeitura de Senador Canedo realiza audiência pública para discutir LDO de 2024

**DA REDAÇÃO** - A Prefeitura de Senador Canedo realiza no dia 5 de abril, às 19h, no Plenário da Câmara Municipal uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024.

O secretário municipal de Finanças, Alessandro Rodrigues, apresentará as metas da LDO 2024 e os temas que serão incluídos no orçamento, como os investimentos.

“Convidamos toda população para participar

desse debate importante sobre as matérias orçamentárias”, salienta o prefeito Fernando Pellozo.

Neste ano, a audiência também será transmitida pelas redes sociais da Prefeitura de Senador Canedo através do Instagram: @

prefeiturasenadorcanedo

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas e prioridades para o orçamento anual do ano seguinte, além de

prever importantes investimentos para o município. A LDO é responsável por fixar o montante de recursos que o Governo Municipal pretende economizar e traçar regras para as despesas dos Poderes.

## SERVIÇO

Audiência pública para discutir LDO de 2024

Dia: 5 de abril

Horário: às 19h

Local: Plenário da Câmara Municipal de Senador Canedo

# CMDCA de Valparaíso divulga edital das eleições para Conselhos Tutelares

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Valparaíso De Goiás divulgou na última sexta-feira, 31, o Edital das Eleições Unificadas para os Conselhos Tutelares.

O Processo de Escolha visa preencher dez vagas existentes dos Colegiados. O objetivo é o fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a necessidade da população local.

Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos por meio de votação dos eleitores deste Município no dia 1º de outubro de 2023 e tomarão posse no dia 10 de janeiro de 2024, assim



como os suplentes.

As inscrições dos candidatos serão efetuadas pessoalmente na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania a (Quadra 99, Lote 03 – 2ª Etapa do Jardim Céu Azul), e na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte (Quadra 24, Lote 48 – Etapa A), das 8h às 12h e das 14h às 17h, entre os dias 03 e 28 de abril de 2023.

Os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem ter idade igual ou superior a 21 anos, preencher uma série de requisitos e apresentar original e cópia de documentos. Para essas e outras informações, consulte o Edital.



## Eu freio para animais

**475 MILHÕES DE ANIMAIS** são atropelados por ano nas rodovias brasileiras.

**15 ANIMAIS POR SEGUNDO.**

A pesquisa foi feita pelo Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas (CBEE), com base em 14 estudos científicos em todas as regiões do país.

**VAMOS MUDAR ESSA REALIDADE**

## CASAS & MARCAS

■ Maria Reis mariareisjornalista6@gmail.com

Fotos: Divulgação



### Casa Baru Adegas e Mercado abre espaço compacto

**NO SHOWROOM DA PALME INCORPORADORA** - A Casa Baru Adegas e Mercado, que desde novembro de 2021 traz opções gastronômicas e carta de vinhos com mais de 310 rótulos, em um ambiente da cultura familiar ligada à comida, chamada de culinária afetiva, sediada no Setor Oeste, recentemente ganhou uma versão compacta, no showroom da Palme Incorporadora, localizado no Ricardo Paranhos, no Setor Marista. O espaço serve pratos do café da manhã ao jantar (entre 9h e 20h de terça a sábado e das 09h às 15h, aos domingos), e comercializam vários produtos entre vinhos finos, queijos, azeites, cafés especiais e outros produzidos pelo próprio restaurante e rotisseria, como pães artesanais com fermentação 100% natural, molhos caseiros, 18 variedades de antepastos e vários doces finos. Parte da carta de vinho também é servida na unidade da Ricardo Paranhos.



### Laboratório Teuto chega à 76 anos

**COMPLETO PARQUE FARMACÊUTICO** - O Laboratório Teuto que é referência nacional e internacional em suas áreas de atuação completou 76 anos, em março de 2023. O mais completo parque farmacêutico da América Latina apresentou as perspectivas e visão de futuro para clientes, parceiros e colaboradores de todo o País, durante a 17ª edição da principal feira do segmento farmacêutico no Brasil, a Abradilan Conexão Farma, que aconteceu entre 14 a 16 de março, em São Paulo. Durante a feira, a empresa reforçou o compromisso com o compliance, o desenvolvimento e o crescimento sustentável.



### CineX Cult abre suas dependências para empresas

#### LOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS OU GRANDES REUNIÕES

- O CineX Cult - unidade do Centro Cultural Oscar Niemeyer, anuncia a abertura oficial para grandes empresas realizarem eventos corporativos nas suas salas. No mês de março, suas salas foram locadas para organizações renomadas, como o Conselho Nacional de Administração, Casa e Club Arquitetura, Align Technology do Brasil, Ferreirinha, Moura Baterias, Conselho Regional de Farmácia, Secretaria de Turismo de Goiás, Nexgen e Seguradora Bradesco, Czar 360° e da Coca-Cola. O CineX Cult é composto por duas salas de cinema dispostas de 164 lugares, com poltronas reclináveis e retráteis, com espaços privilegiados para cadeirantes. Já o hall externo conta com 630 m², bomboniere e futuramente um café. As empresas interessadas em realizar eventos ou grandes reuniões nas dependências do CineX Cult, podem entrar em contato via email (comercial@cinex.art.br) ou pelo fone (62) 3624-5147.

### Aberta em Goiânia a Di Maria Gelato

**SORVETES SEM GORDURA HIDROGENADA E CONSERVANTES** - A Di Maria Gelato abriu uma unidade física no Jardim da Luz, em Goiânia, em um espaço físico com 200 metros quadrados, área ao ar livre com paisagismo e ombrelones, brinquedoteca, bancos e decks para receber o cliente. Após quatro meses de operação via delivery take away (entrega e retirada), a gelateria ficou conhecida pelo seu novo conceito de gastronomia, com produção de sorvetes sem gordura hidrogenada e sem conservantes. São oferecidos mais de 20 sabores artesanais, inclusive o de pamonha e pequi. Além do tradicional sorvete e dos gelatos, o menu também inclui picolés, açaí sem xarope e sem açúcar e frappuccino.



## resumo de novelas

### O Rei do Gado

■ Funcionários da fazenda socorrem Geremias. Rafaela irrita Luana. Judite, Luana e Rafaela correm para o hospital onde Geremias foi internado. O detetive Clóvis visita o delegado do Guarujá. Médico informa que Geremias está na UTI. Luana liga para Bruno e conta sobre o crime.

Delegado investiga caso de Geremias. Marcos e Bruno viajam para Minas. Delegado visita a fazenda. Liliansa fala para Léia que Marcos reconheceu o filho. Senador Caxias faz discurso sobre reforma agrária. Bruno chega em Minas e fala com o delegado. Marita reconhece medalha de Ralf.

### Amor Perfeito

■ Marê questiona Orlando sobre Marcelino. Orlando atende padre Donato. Anselmo fica enciumado ao ver Verônica chegar à festa com Érico. Marcelino faz uma proposta para Tobias. Frei Leão substitui Gilda por Marê na distribuição dos pãezinhos de Santo Antônio. Marcelino troca de roupas com Tobias, mas é humil-

hado quando as mesmas caem na frente de todos. Marê ajuda Marcelino, que cai e se machuca. Orlando tenta socorrer Marcelino. Marê questiona os padres sobre Marcelino e acredita que ele seja seu filho. Os padres dizem a Marê que Marcelino não é seu filho. Orlando cuida de Marcelino. Sônia pede para dançar.

### Vai na Fé

■ Hugo fala com Orfeu, que manda o afilhado dar um susto em Theo. Kate se desespera e tenta ajudar o "ex-namorado". Jenifer conta para Ben que conversou com DJ Bel-Air sobre ele e a mãe. Vini convida Yuri para ir ao cinema. Vitorino vê Lui e Sol se beijando e tenta chamar a atenção do casal

para que Wilma não os veja. Ben decide sair de casa depois de discutir com Lumiar. Sol não consegue se desfazer do presente que ganhou de Ben quando eram namorados. Theo descobre que Kate está no apart de Guiga. Lumiar desabafa com Clara. Theo revela a Kate sua obsessão por Sol.

### Poliana Moça

■ Gleyce é abordada pelo capanga de Tânia. Sérgio encontra com Otto e pede emprego ao antigo patrão. Nanci visita Waldisney na prisão e agrada o amado com comida. Tânia afirma que João vai ter que pagar o preço por não desistir da cerimônia; ela já tem um pla-

no contra o menino. João declara aos amigos que os lucros das vendas do livro serão destinados a uma instituição beneficente. Chega o dia do lançamento da obra O Som das Pedras de Pedro Vasconcelos. Brenda chama João de namorado de Poliana, mas Poliana corrige.

### Travessia

■ Guida pede ajuda a um funcionário do apart de Moretti para se livrar do ex-marido. Brisa mostra ao delegado o áudio ameaçador que Ari lhe enviou. Gil escuta uma conversa de Cidália no celular, deduz que Ari possa ser preso e aconselha o amigo a fugir. Cidália tenta convencer Gil a trair Ari e lhe entregar as folhas em branco que estão assinadas por Guerra.

Ari resolve se esconder na casa de Dante. Isa comenta com Laís que Karine não quer mais frequentar a escola. Oto flagra Ari na casa de Dante. Oto e Ari trocam acusações. Cidália avisa a Guerra que o prazo do flagrante para prender Ari está esgotado. Leonor fica intrigada quando Moretti afirma que a construtora de Guerra nunca teve negócio na cidade.



# Eu freio para animais

**475 MILHÕES DE ANIMAIS** são atropelados por ano nas rodovias brasileiras.

**15 ANIMAIS POR SEGUNDO.**

A pesquisa foi feita pelo Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas (CBEE), com base em 14 estudos científicos em todas as regiões do país.

**VAMOS MUDAR ESSA REALIDADE**

**ATENÇÃO GESTOR**

LEI Nº 14.230/2021

**PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**



É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

**Gazeta**  
do Estado

**abra**  
legal

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS  
ESPECIALIZADOS EM  
PUBLICIDADE LEGAL



FAÇA SEU EDITAL OU BALANÇO NO

**Gazeta**  
do Estado

O Gazeta do Estado está apto e atualizado com as novas exigências da lei para a publicidade legal em jornais (balanços e editais). Somos o único jornal de grande circulação, que circula em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

☎ 62 3249-8883

✉ editais@gazetadoestado.com.br / comercial@gazetadoestado.com.br

**XXI VIA SACRA**  
**NOVO GAMA**

SACRA

**07.ABRIL**  
SEX.16H  
MORRO SANTO DO LAGO AZUL

REALIZAÇÃO: